

política

Veto à extinção da taxa de licenciamento será votado

Governador argumentou impacto de R\$ 750 milhões ao ano nos cofres

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalier

bolivarc@jcrs.com.br

Após o governador gaúcho Eduardo Leite (PSD) vetar o projeto de lei que previa a extinção da Taxa de Licenciamento para veículos no Rio Grande do Sul, a Assembleia Legislativa pode votar a derrubada deste veto em sessão plenária hoje.

Cabe aos líderes de bancadas decidirem, no período da manhã, se esta matéria entrará na pauta de votações, pois ela integra a lista com outras 20 propostas disponíveis para serem apreciadas no Parlamento gaúcho.

O projeto, de autoria do deputado Rodrigo Lorenzoni (PP), foi aprovado por unanimidade na Assembleia em junho, mas posteriormente vetado pelo governador sob o argumento de que a medida retiraria cerca de R\$ 750 milhões por ano dos cofres públicos e que haveria um comprometimento de investimentos nos serviços do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/RS) e na segurança pública.

O principal argumento de Lorenzoni e dos parlamentares favoráveis à extinção desta taxa - hoje no valor de R\$ 114,09 - é que, desde 2020, o documento é 100% digital, e não mais físico e impresso



DIVULGAÇÃO/JC

Tendência é que plenário derrube restrição apresentada pelo Executivo

em papel moeda, como era anteriormente. Agora, caberá aos deputados estaduais gaúchos decidirem pela manutenção ou não desta cobrança.

Há uma tendência para derrubada do veto do governador. Desde o início do ano, o Executivo vem perdendo parcela significativa de sua representação na Assembleia, após Leite ter maioria no parlamento durante os seus dois mandatos e ter alcançado o feito de aprovar todos os projetos encaminhados durante o período.

Com a chegada do período eleitoral, partidos que até então apoiavam o atual governo mudaram de posição para defender candidaturas de oposição a esta gestão.

Além disso, a proximidade das eleições pressiona os deputados a aprovarem a extinção desta taxa, tendo em vista que é uma proposta de ampla aceitação popular.

Outra matéria de interesse do governo Eduardo Leite e que pode entrar na pauta de votações desta terça é o relatório final da CPI dos Pedágios, que investigou supostas irregularidades nos processos de concessões dos Blocos 1, 2 e 3 de estradas estaduais.

O documento recomenda a reavaliação do Bloco 3 - único já concedido - e o cancelamento das concessões dos Blocos 1 e 2. O relatório foi aprovado na comissão por 8 votos a 3, e agora deve ir ao crivo do plenário.

Relator da escala 6x1 promete texto na quinta-feira

/ CONGRESSO NACIONAL

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1, o senador Omar Aziz (PSD-AM), afirmou que pretende entregar o parecer do projeto nesta quinta-feira. O parlamentar atende à expectativa de celeridade do governo Lula, mas não prometeu manter o texto aprovado pela Câmara.

“Quero apresentar o relatório na quinta, para podermos votar na outra quarta-feira (na CCJ). Ainda vou analisar a proposta, não decidi se manterei ou não (o texto da Câmara)”, afirmou Aziz ontem.

Para a PEC ser votada em plenário, precisa primeiro passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O colegiado é presidido por Otto Alencar (PSD-BA), que, como

Aziz, é considerado um aliado do Planalto no Senado.

O fim da escala 6x1 se tornou tema central na campanha do presidente Lula (PT) à reeleição. Dessa forma, o governo tem pressa para aprová-la antes do pleito de outubro. Devido à campanha eleitoral, o Congresso só terá uma semana de votações, entre 31 de agosto e 4 de setembro, até o pleito. Por isso, o governo opera para aprovar o texto na CCJ e, se possível, no plenário no mesmo dia.

A campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência é contra votar o fim da 6x1 antes da eleição e defende uma proposta que prevê livre negociação entre patrões e empregados, com pagamento por hora trabalhada.

Nesse sentido, o governo traça estratégias para impedir que a ope-

sição atrase a tramitação. Uma das possibilidades é reduzir o tempo de eventual pedido de vista. A ideia é garantir que todos os senadores possam ler o parecer da PEC, mas não deixar adiar a votação para o dia 3.

A ideia do governo com a votação do fim da 6x1 é, justamente, constranger os opositores a votarem contra uma proposta considerada popular. Segundo pesquisa Datafolha de março, 71% dos brasileiros defendem a redução na escala de trabalho.

Mudar o texto aprovado pela Câmara em maio, porém, pode representar um problema para o governo. Caso o Senado aprove o texto com alterações, a PEC retorna para a análise dos deputados, o que dificultaria sua promulgação antes da eleição.

Emendas parlamentares são maior vetor de corrupção no País, diz Dino

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino afirmou ontem que as emendas parlamentares são hoje o “maior vetor da corrupção” no Brasil. O magistrado atribui o problema ao afrouxamento de regras fiscais durante a pandemia da Covid-19.

“Surge a ideia de um novo orçamento, que foi chamado de orçamento de guerra. Uma regra que permitiria o banimento de praticamente todos os limites fiscais. É algo a ser estudado: como tão rapidamente engenhos criminosos se formaram por dentro disso”, disse.

Segundo Dino, as emendas parlamentares se afastaram do seu objetivo de aprimorar “políticas públicas nacionais e regionais” e passaram a servir a “interesses de cunho privatista e eleitoral, muitas vezes envolvendo esquemas de corrupção e desvio de recursos públicos de amplitude nacional”.

Após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, Dino herdou a relatoria da ADPF 854, ação que trata da expansão das emendas de relator (RP9). O magistrado já determinou bloqueio e devolução de valores, o que aumentou as tensões entre Judiciário e Congresso.

Além disso, o ministro abriu uma frente nas investigações que apuram a participação de presidentes de partidos e políticos sem cargos eletivos na destinação do dinheiro das emendas. No domingo, Dino declarou a nulidade absoluta desse tipo de repasse.

As suspeitas envolvem o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o ex-deputado federal Eduardo Cunha (Republicanos), que não ocupa uma vaga no Congresso atualmente, e outros nomes.

As declarações desta segunda (24) foram dadas durante a participação remota de Flávio Dino em evento do Grupo de Estudos de La-

vagem de Dinheiro da Faculdade de Direito da USP. A mesa foi composta pelos professores Renato de Mello de Jorge Silveira e Pierpaolo Cruz Bottini, e pela diretora da instituição, Ana Elisa Bechara.

A palestra teve como título “Criminalidade, Estado e Mercado”. Segundo Dino, o tema é relevante, pois essas categorias nunca estiveram tão “amalgamadas”. “Antigamente, o avião do chefe da facção violenta e o avião do político corrupto, do juiz corrupto, eram pelo menos aviões diferentes. Hoje, o mesmo avião transporta toda essa gente”, afirmou.

O ministro também apontou erros do sistema de Justiça nos “campos da leniência/corrupção”. Ele ressaltou que sua crítica se estendia não só a juizes, mas a procuradores e advogados. Dino afirma, sem citar nomes, que há escritórios de advocacia funcionando como centrais de lavagem de dinheiro.

“São advogados bilionários que não têm causas, não têm processos bilionários. Deve ser, imagino, poço de petróleo no Oriente Médio”, brincou. Ele afirmou que a OAB deveria conduzir investigações próprias sobre esses casos.

Dino também criticou a competência do STF para processar e julgar ações penais. Segundo o ministro, mesmo estável, o número de processos desse tipo que tramitam na corte é alto. “Talvez indique que em algum momento vamos precisar rever essa competência, não para eliminá-la, como alguns desejam, mas para talvez mitigá-la.”

Sem citar nomes, o magistrado também alertou para o que chamou de volta da ideia “do juiz que combate o crime, do juiz investigador”. Dino disse que se trata de um “desastre que tem reincidência específica”, algo que reaparece desde 1990.

ANTONIO AUGUSTO/STF/DIVULGAÇÃO/JC



Flávio Dino cobra transparência do governo federal e do Parlamento